

**Excelentíssimo Senhor Ministro-Presidente do Tribunal de Contas da União**

Com fundamento no artigo 81, inciso I, da Lei 8.443/1992, e no artigo 237 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, aprovado pela Resolução 155/2002, o Ministério Público junto ao TCU oferece

## **REPRESENTAÇÃO**

com o propósito de que essa Corte de Contas, pelas razões a seguir expostas, decida pela adoção das medidas de sua competência, com vistas a acompanhar detidamente a execução dos recursos resgatados pela Operação Lava Jato, que foram direcionados para o Ministério da Educação objetivando o atendimento da educação infantil.

- II -

Em setembro do ano passado, o Governo Federal e a Procuradoria-Geral da República anunciaram a celebração de acordo com vistas a promover a destinação dos recursos do fundo da Lava Jato, provenientes de multas acertadas pela Petrobras nos EUA. A notícia foi veiculada pelo Jornal Folha de São Paulo em matéria de mesma data (<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/09/fundo-de-r-26-bilhoes-da-lava-jato-ira-para-amazonia-e-educacao.shtml>), sendo informado que:

Na área de educação, serão aplicados, segundo o acordo, R\$ 1,602 bilhão, **dos quais R\$ 1 bilhão serão para o Ministério da Educação aplicar em ações relacionadas à educação infantil**. Outros R\$ 250 milhões deverão ir para o Ministério da Cidadania, para ações relacionadas ao Programa Criança Feliz, de atenção à primeira infância. (grifei)

Os recursos teriam chegado ao MEC em novembro. Todavia, em 17/1/2020, o mesmo veículo de comunicação noticiou que, até aquela data, os recursos não haviam sido sequer empenhados (<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/01/mec-recebe-e-nao-usa-mais-de-r-1-bi-recuperado-na-lava-jato.shtml>):

**Apesar de o governo Jair Bolsonaro alardear o direcionamento dos recursos recuperados pela Operação Lava Jato para a educação, o ministro Abraham Weintraub não usou o dinheiro destinado às ações de educação básica.**

O fundo, de R\$ 2,6 bilhões, foi alvo de disputa e acabou tendo os recursos destinados à educação e à preservação ambiental, divididos entre sete ministérios.

**Apesar de ter recebido a maior fatia, acima de R\$ 1 bilhão, Weintraub foi o único que não deu finalidade à verba —o ministro nem sequer empenhou o recurso.**

O empenho é a primeira etapa da execução do orçamento público e garantiria que os recursos seriam de fato aplicados na educação básica, mesmo que futuramente.

A etapa, que compreende a educação infantil e os ensinos fundamental e médio, é apresentada pelo governo como prioridade.

Procurado, o MEC confirmou que o dinheiro não foi aplicado, mas defendeu que a verba ainda será usada.

(...)

No MEC, o dinheiro foi destinado a ações para obras de escolas, sobretudo na educação infantil (creche e pré-escola), e custeio de matrículas, em duas ações orçamentárias executadas pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).

**O aporte desse dinheiro na educação foi comemorado pelo governo em várias ocasiões. Weintraub compartilhou, ainda em maio de 2019, mensagem do presidente Bolsonaro**

**nas redes sociais em que ele falava da intenção de “destinar grande parte ou todo o valor da multa da Petrobrás acordada com a Lava Jato ao Ministério da Educação”.**

O dinheiro recuperado pela Lava Jato chegou aos ministérios em novembro, durante o embate envolvendo o comando do FNDE.

(...)

**A indefinição dentro do MEC para aplicar o recurso, porém, travou sua execução.**

O governo queria usá-lo para viabilizar um projeto de voucher para creches, no qual entregaria às famílias dinheiro para pagar creche particular.

No entanto, há entraves legais para o gasto de dinheiro público em instituições com fins lucrativos na educação infantil.

A consultoria jurídica do MEC tem procurado uma solução, mas relatos de integrantes do ministério indicam que essa opção —uma aposta da gestão Bolsonaro para ampliar o acesso— já não é mais certa dentro do governo.

(...)

Além da pasta de Weintraub, os recursos foram para 1) o programa Criança Feliz (de atenção à primeira infância); 2) projetos de empreendedorismo, inovação e bolsas de pesquisa; e para 3) a ampliação de unidades de atendimento especializado a crianças e adolescentes.

Essas ações são comandadas, respectivamente, pelos Ministérios da Cidadania, da Ciência e Tecnologia e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Na área ambiental, a verba irrigou o orçamento para regularização fundiária na Amazônia Legal (Ministério da Agricultura), operações de fiscalização e combate ao desmatamento ilegal (Meio Ambiente) e combate a ilícitos na região (Defesa).

**Todas as pastas usaram pelo menos parte dos recursos. Weintraub, por sua vez, não deu explicações sobre o dinheiro que deixou parado nos cofres públicos, com risco de expirar.**

**A situação é especialmente chamativa porque o MEC passou em 2019 por bloqueios de recursos que atingiram ações da educação básica, além do ensino superior e da pesquisa científica. (grifei)**

Em entrevista concedida na mesma data, ao ser questionado acerca do assunto, o Ministro da Educação alegou que “[o dinheiro] não foi usado porque não estava pronto o projeto” (<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/01/dinheiro-da-lava-jato-nao-foi-usado-no-mec-porque-projeto-nao-ficou-pronto-diz-weintraub.shtml?origin=folha>). Segundo ele, o governo estaria preparando “o que será o maior programa de creches ‘que o mundo ocidental’ já viu”. Todavia, não houve detalhes na entrevista sobre o novo projeto relacionado à educação infantil.

Ora, desde maio/2019 o governo já alardeava que os recursos seriam destinados, entre outras áreas, à educação, fato que já motivaria, em meu julgamento, movimentações no sentido de bem alocar, de forma tempestiva, esses valores.

Causa espécie que, decorridos meses, o MEC tenha apenas intenção de uso, sem qualquer projeto concreto para aplicação desses recursos na educação infantil.

Não é demais salientar que a ausência de vagas em creches públicas e os problemas dela decorrentes há muito vem sendo objeto de matérias jornalísticas, que apontam prejuízos ao desenvolvimento das crianças e ao sucesso profissional de suas mães.

Nesse sentido, trago à colação matérias veiculadas pelo g1.globo.com, em 20/5/2018

(<https://g1.globo.com/educacao/noticia/um-terco-das-criancas-de-0-a-3-anos-mais-pobres-do-brasil-est-ao-fora-da-creche-por-falta-de-vaga-diz-ibge.ghtml>), que já apontava que “um terço das crianças de 0 a 3 anos mais pobres do Brasil está fora da creche por falta de vaga, diz IBGE”, e pelo Correio Braziliense, em 10/9/2018, o qual destacou que “a falta de creches atrapalha a carreira das mães trabalhadoras e o desenvolvimento do país” (<http://blogs.correio braziliense.com.br/primeirainfancia/2018/09/10/falta-de-creches-atrapalha-carreira-das-maes-trabalhadoras-e-o-desenvolvimento-do-pais/>):

- g1.globo.com:

Existe uma correlação entre a renda das famílias e a oferta de vagas em creches no Brasil, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) divulgados nesta sexta-feira (18) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entre as crianças de 0 a 3 anos que pertencem aos 20% com a renda domiciliar per capita mais baixa do país, 33,9% estão fora da escola porque não existe vaga ou creche perto delas. Já entre no grupo de 20% com a renda mais alta, esse problema só atinge 6,9% das crianças.

De acordo com Marina Aguas, coordenadora da pesquisa, existe ‘uma associação muito forte’ entre a renda e a escolaridade da população que começa inclusive na idade pré-escolar.

‘É uma associação de mão dupla: você não sabe se a renda explica o acesso à escola, ou se o acesso à escola explica a renda’, explicou ela, em entrevista ao G1.

Marina diz que os dados oferecem detalhes sobre a demanda e a oferta do serviço e podem servir de base para o desenho de políticas públicas adequadas. Ela ressalta, ainda, a importância do acesso à educação na primeira infância. ‘Existe todo um debate enorme sobre o desenvolvimento cognitivo, da primeira infância, mostrando que o aprendizado nessa idade é muito importante para o futuro.’

Existe uma correlação entre a renda das famílias e a oferta de vagas em creches no Brasil, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) divulgados nesta sexta-feira (18) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entre as crianças de 0 a 3 anos que pertencem aos 20% com a renda domiciliar per capita mais baixa do país, 33,9% estão fora da escola porque não existe vaga ou creche perto delas. Já entre no grupo de 20% com a renda mais alta, esse problema só atinge 6,9% das crianças.

De acordo com Marina Aguas, coordenadora da pesquisa, existe “uma associação muito forte” entre a renda e a escolaridade da população que começa inclusive na idade pré-escolar.

‘É uma associação de mão dupla: você não sabe se a renda explica o acesso à escola, ou se o acesso à escola explica a renda’, explicou ela, em entrevista ao G1.

Marina diz que os dados oferecem detalhes sobre a demanda e a oferta do serviço e podem servir de base para o desenho de políticas públicas adequadas. Ela ressalta, ainda, a importância do acesso à educação na primeira infância. ‘Existe todo um debate enorme sobre o desenvolvimento cognitivo, da primeira infância, mostrando que o aprendizado nessa idade é muito importante para o futuro.’

(...)

Oferecer vaga em creche para todas as crianças não é obrigatório para o governo brasileiro e, segundo os dados, a maior parte dos pais com filhos de 0 a 3 anos afirmaram que seus filhos não estão matriculados por decisão da própria família – entre os bebês de 0 a 1 ano, dois terços dos pais dizem que preferem que eles não frequentem a escola nessa idade.

Porém, até 2024, segundo o Plano Nacional de Educação (PNE), o Brasil precisa garantir que 50% da população de 0 a 3 anos esteja matriculada em creches. Em 2017, segundo a Pnad, essa taxa aumentou 2,3 pontos percentuais, com cerca de 210 mil novas matrículas, e chegou a 32,7% considerando a média nacional. Porém, essa meta já foi batida, considerando apenas o grupo de 20% das crianças com a renda familiar per capita mais alta do país.

Essa previsão faz parte da meta 1 do PNE. O plano foi aprovado em 2014 e tem duração prevista de dez anos. Ele instituiu uma série de indicadores que o país precisa atingir dentro de períodos determinados.

#### **Para especialistas, famílias mais pobres devem ser prioridade**

Especialistas em educação ouvidos pelo G1 dizem que os resultados do Pnad mostram como as políticas públicas ainda não são eficazes para reduzir a desigualdade entre as classes brasileiras.

‘A creche é hoje uma das etapas mais desiguais da educação, o que ajuda a demonstrar que a injustiça social começa desde os primeiros meses de vida’, afirma Daniel Cara, coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE).

‘Há uma desigualdade gritante na matrícula, mas, mesmo para as crianças de famílias com menor renda matriculadas, há um problema grave da qualidade do equipamento. O Brasil tem permitido creches com profissionais despreparados, que mais se parecem depósitos de crianças. E isso preciso mudar.’

Priscila Cruz, diretora executiva do Todos Pela Educação, concorda.

‘Toda pesquisa de acompanhamento do desenvolvimento mostra que é melhor se houver condições a criança ficar próxima da família, ainda mais se a creche tiver péssimas condições, que é o caso da maior parte do Brasil’, diz ela.

‘Em geral as crianças ficam presas numa casinha olhando para o teto branco o tempo inteiro.’ Priscila lembra que vários estudos já demonstraram que, se as crianças não forem estimuladas nesse período de vida, elas podem ter o seu desenvolvimento físico, cognitivo e emocional afetados e isso pode prejudicar o potencial de aprendizagem no futuro.

#### **- Correio Braziliense:**

Sem acesso a rede pública universalizada de cuidados para crianças de até 3 anos, as trabalhadoras com filhos pequenos sofrem uma série de exclusões no mercado corporativo, o que prejudica a inserção e o desenvolvimento profissional feminino.

A oferta de creches gratuitas e de qualidade tem tudo a ver com o desenvolvimento profissional, social e econômico do país. A falta de local para deixar as crianças atrapalha,

ou até impede, que trabalhadores com filhos pequenos — majoritariamente mulheres, pois são elas as que mais se responsabilizam pela prole — se insiram, se mantenham e avancem no mercado. ‘É preciso ter creche pública de qualidade para todos. Assim, as crianças se desenvolvem melhor e as mães continuam suas trajetórias profissionais. Todo mundo sai ganhando: com mais mulheres trabalhando, a economia cresce’, calcula Bia Nóbrega, psicóloga pela Universidade de São Paulo (USP) com mais de 19 de anos de experiência em recursos humanos. ‘Existe uma relação direta entre creche e carreira e, claramente, as mães são as que mais sofrem com a falta disso’, afirma Angélica Guidoni, sócia da consultoria Trajeto RH. O problema atinge todas as camadas sociais, mas é mais cruel com as mais pobres.

‘As que têm melhores condições financeiras ainda podem pensar e avaliar onde deixar os filhos, com uma babá ou numa creche particular, por exemplo. Têm mais possibilidades de se colocarem à disposição para uma promoção’, pondera a coach e psicóloga. ‘Já as que não podem arcar com os custos desse tipo de serviço ficam numa situação muito limitada’, compara. As opções que sobram não são as melhores, mas é preciso arranjar caminhos. ‘Nos bairros mais humildes, existem mulheres que cuidam de quatro a cinco crianças. Outra possibilidade é uma rede de vizinhos: um fica com as crianças hoje, outro depois’’, exemplifica Bia Nóbrega. No entanto, dificilmente, a mãe conseguirá sair para trabalhar totalmente tranquila com o bem-estar da criança nesses casos.

(...)

Escritora, palestrante e pesquisadora do universo feminino, Alice Schuch afirma que ‘a oferta de creches é um dos maiores ganhos que o governo pode proporcionar às mulheres, já que a ausência dessa estrutura, agrava muitíssimo o problema do feminino’. A melhor maneira de criar um filho saudável, explica Alice, doutora em educação e gêneros pela Universidad de Desarrollo Sustentable, do Paraguai, é a realização da mãe. ‘Se ela for frustrada por causa das dificuldades de ter uma carreira, muito provavelmente passará isso para a criança.’

E se o país quiser investir nas próximas gerações, precisa fazer isso desde cedo, nas creches, que devem ser desenvolvidas em termos de qualidade e quantidade, algo que ainda está longe de sair do papel. Uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) é colocar, pelo menos, 50% das crianças de até 3 anos em creches. O primeiro prazo estabelecido para cumprir o objetivo não foi cumprido e, então, adiado para 2024.

Existem mais de 11,8 milhões de crianças de 0 a 3 anos no país segundo dados de 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No entanto, há apenas 3,1 milhões de matrículas em creches nessa faixa etária, de acordo com as Sinopses Estatísticas da Educação Básica de 2017, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). O Inep não coleta dados de deficit de vagas, mas fazendo a correlação com os números populacionais, apenas 26% das crianças frequentam creches nos três primeiros anos de vida. ‘No ritmo atual, não alcançaremos a meta nem com investimentos. Num momento de contenção de despesas, isso se agrava ainda mais’’, lamenta Heloisa Oliveira, administradora executiva da Fundação Abrinq.

(...)

‘Nossa maior preocupação em relação ao acesso à creche é que vários estudos mostram que as crianças que pertencem às famílias de mais baixa renda são as que estão fora delas’, alerta Beatriz Abuchaim (foto), gerente de Conhecimento Aplicado da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV), que tem como foco a defesa da primeira infância. Ou seja, são as mães desempregadas e em mais complicada situação financeira que não contam com esse apoio. ‘Não falta vaga para quem pode pagar. Falta para quem não pode.

No DF, onde tem muito servidor público e pessoas com renda mais alta, a maior parte das matrículas é na rede particular. Pouco mais de 1% é de fato da rede pública’, completa Heloisa Oliveira, da Abrinq. A colega dela Denise Cesario, gerente executiva da Fundação Abrinq, observa que a falta de acesso pode gerar muitos riscos. ‘Quando se deixa a criança com um amigo, um vizinho, até um parente, além de não receber estímulos adequados, ela pode estar sujeita a outros perigos, como o de não ser bem cuidada, de ser violentada.’ O que não quer dizer, necessariamente, que o atendimento seja adequado em todas as creches.

‘Um dado preocupante é que as crianças mais vulneráveis, que vêm de um lar estressor, com pais menos educados, estão fora da creche ou, em algumas regiões do país, estão em creches muito ruins’, alerta a psicóloga, mestre e doutora em educação Beatriz Abuchaim. A boa qualidade da educação infantil (que inclui creche e pré-escola) pode trazer um impacto muito positivo, que perdurará por toda a vida. ‘Ao mesmo tempo, em ambientes sem interação, que não sejam estimulantes, a gente não vê esse avanço e, às vezes, há até prejuízos’, pondera. ‘No caso das mães trabalhadoras, esse atendimento é uma necessidade, então a gente tem de lutar para que ele seja bom.’ Arranjar um jeito de medir a qualidade das creches, inclusive, é algo em que a FMCSV tem trabalhado. Atualmente, os indicadores do governo levam em conta basicamente a estrutura física, como a presença de berçário, parquinho, banheiro infantil. Eduardo Marino, diretor de Conhecimento Aplicado da Fundação, observa que o objetivo é tornar possível medir também a qualidade das interações e dos estímulos feitos.

(...)

No Brasil e na maior parte dos países, fica com as mães a responsabilidade principal pela criança. ‘É muito raro o pai faltar ao trabalho para levar o filho ao médico. Isso é muito ruim, porque a sobrecarga é tremenda. O empregador obviamente sabe disso e entende que a mulher terá mais chance de se ausentar da empresa por causa da criança’, aponta Bia Nóbrega.

‘Em muitos casos, a própria mãe não pleiteia uma vaga ou desafio profissional por entender que ficaria difícil por causa dos filhos. Dar um jeito significaria colocar o pai na jogada, o que gera desgaste. Então, ela se barra’, percebe Angélica Guidoni (foto), que tem experiência de consultoria de RH em empresas de médio e grande porte, nacionais e multinacionais. Frente às dificuldades de conciliar filhos pequenos e carreira sem creches para todos, não só as próprias mulheres se privam de oportunidades, como também os chefes têm o costume de escolher por elas. Eles não chegam nem a ofertar chances (de promoção ou viagem, por exemplo) às profissionais. ‘Os gestores pensam: ‘Fulana tem filho pequeno, portanto, não pode’. Só que, às vezes, esse cenário não é real, a trabalhadora daria um jeito. Falta dar a chance de ela decidir.’ Fenômeno análogo se repete nas seleções de emprego.

Para Angélica, a falta de universalização do serviço de creche, aliada à concentração das tarefas domésticas e familiares apenas nas trabalhadoras, está por trás da desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho. ‘A profissional tem menos tempo para construir networking. Em vez de sair com os colegas para um happy hour, onde poderia encontrar alguém da direção, volta para casa e para os filhos depois do expediente’, diz. ‘Esse empobrecimento das relações é supercrítico para o desenvolvimento da carreira e faz com que elas sejam menos cotadas para cargos de chefia. Um reflexo da falta de creche e também da falta da paternagem ativa’, comenta Angélica.

Para pleitearem vagas de emprego com serenidade e confiança, as mulheres precisam entender que não estão sós. E num contexto em que há cada vez menos senso de sociedade

e paternidade com relação ao cuidado com as crianças, isso se torna muito difícil sem creches. (...).

Os comportamentos atuais geram, na maior parte das mulheres, a sensação de desamparo, a ideia de que precisam dar conta de tudo sozinhas. Perla salienta o papel social e do Estado para amenizar essas situações. ‘A criança tem de ter o cuidado da família — e pensando de modo extenso, de todos os membros. Mas também é responsabilidade do Estado e da sociedade cuidar da criança, garantindo-lhe direitos básicos e fundamentais, como vida, educação, saúde, alimentação saudável, espaços lúdicos. Precisamos resgatar princípios comunitários de cuidado com o outro’, diz.

Não por outras razões, o próprio Ministro da Educação, em audiência na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, ocorrida em 7/5/2019, já havia defendido “o foco do MEC na primeira infância como estratégia para vencer a desigualdade social” (<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/oferta-de-creches-e-prejudicada-por-falta-de-gestao-no-investimento>).

Nada obstante tal reconhecimento oficial e a disponibilidade de recursos vultosos, nada de concreto foi estabelecido até o momento, de sorte que inúmeras mães e crianças continuam no aguardo de vagas nas creches públicas do País.

Entendo que esses aspectos, por sua extrema gravidade — que denotam, no mínimo, a reduzida eficiência na gestão daqueles recursos pelo MEC —, devam merecer especial atenção do Tribunal de Contas da União, devendo a execução dos recursos resgatados pela Operação Lava Jato, que foram direcionados para o Ministério da Educação objetivando o atendimento da educação infantil, ser objeto de detido acompanhamento pelo TCU.

- III -

Ante o exposto, este representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, com fulcro no artigo 81, inciso I, da Lei 8.443/1992, e no artigo 237 do Regimento Interno do TCU, requer ao Tribunal, pelas razões acima aduzidas, que conheça desta representação a fim de que essa Corte de Contas, no cumprimento de suas competências constitucionais de controle, acompanhe detidamente a execução dos recursos resgatados pela Operação Lava Jato, que foram direcionados para o Ministério da Educação objetivando o atendimento da educação infantil.

Ministério Público, em 24 de janeiro de 2020.



**Lucas Rocha Furtado**  
Subprocurador-Geral